



Debatedores reprovam proposta de reforma da Previdência



Para o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini (de azul), a reforma da Previdência é antipopular e vai provocar danos sociais e econômicos
Waldemir Barreto/Agência Senado

A reforma da Previdência foi criticada nesta quinta-feira (12) por lideranças sindicais em audiência pública interativa sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado. O debate foi realizado na Comissão de Direitos Humanos (CDH)

Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a juíza Fabiane Ferreira destacou que o texto da reforma aprovado na Câmara não contemplou qualquer melhoria significativa para servidores públicos civis, magistratura e membros do Ministério Público.

Fabiane disse confiar no Senado para restabelecer a justiça e a igualdade de

tratamento para servidores, regras de transição mais justas e isonômicas, regras mais razoáveis para pensão por morte, retirada do caráter confiscatório das alíquotas e a supressão de dispositivos que atingem direitos adquiridos de servidores já aposentados.

Danos sociais

Para o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a reforma da Previdência é antipopular e vai provocar danos sociais e econômicos porque vai retirar da parcela mais necessitada cerca R\$ 1,4 trilhão em apenas dez anos, com efeitos ampliados para o futuro. Se é para fazer um ajuste orçamentário e fiscal, que seja feito pela reforma tributária, que tem poder de reduzir as desigualdades sociais, afirmou.

— É preciso preservar a característica

solidária de um sistema público que não é fundo público nem cota de capitalização, como queria o governo. Uma reforma da Previdência nesse momento significa ampliar a desigualdade. Os servidores não são privilegiados, pois fizeram concurso público. Os privilegiados são aqueles 1% da população que não vive nem de salário nem de aposentadoria, mas da renda de juros ou dividendos de participação acionária. Muitos deles sequer contribuíram para esse acúmulo, herdaram de seus antepassados, e têm a benesse absurda de não pagar imposto sobre dividendos — afirmou.

Deputado distrital e Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV, Chico Vigilante (PT-DF) declarou que não houve no país uma “maior mentira” que a reforma trabalhista. Afirmou ainda que o setor de serviços “tem trabalhadores pobres e empresários que não têm nada no nome deles e dos laranjas, ricos”. Frisou ainda que os vigilantes não terão mais direito à aposentadoria especial, caso a reforma da Previdência seja aprovada no Senado.

— O que mais cresce no Brasil é a informalidade. E os grandes meios de comunicação, pagos para dizer isso, alardeiam a todo instante que o emprego formal caiu e o informal aumentou, como se emprego informal fosse emprego. Emprego informal é ocupação de mão de obra precarizada, não tem direito trabalhista, não tem nada. No que tange à Previdência, está tudo sendo destruído, sem reação à altura da sociedade — afirmou.

Representante da Central Única dos

Trabalhadores (CUT), Luiz Azevedo cobrou a mobilização do povo para pressionar os senadores contra a reforma da Previdência, que irá prejudicar todos os setores da sociedade, em sua avaliação.

— Você está aí achando que o Senado vai fazer alguma coisa com essa paralisia que está? Se você não tem acesso ao senador, pode fazer isso por e-mail, WhatsApp, de várias formas. Não dá mais para ficar aguardando para a semana que vem para ver o que vai fazer — afirmou.

Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Selena Barboza Michielim destacou que 200 milhões de brasileiros serão atingidos pela reforma da Previdência.

— Somos a 9ª maior economia do mundo e um dos países com maior desigualdade. Poucos ganham muito e muitos ganham pouco neste país. Tratar a Previdência como gasto não é justo, não é correto, não é humano. A Previdência tem que ser tratada como proteção social, como foi tratada na Constituição de 88. Proteger o idoso, proteger a criança, essa foi a tônica da Constituição de 88, que foi jogada no lixo — afirmou.

“Lugar ruim”

Para o advogado, professor e diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli, o país está “caminhando para um lugar muito ruim mas, infelizmente, a sociedade ainda não percebeu”.

— Não está acontecendo nada, só a destruição de tudo. O discurso racional perdeu espaço. A PEC paralela é uma

excessão jurídica, vista por muitos como a salvação. A PEC paralela está bem clara que foi feita para não passar, até porque ali tem muita bondade que passou com muita facilidade e que não tem lógica de persistir. A PEC paralela está sendo feita para nos enganar — afirmou.

Assessor de Assuntos Socioeconômicos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Vilson Antônio Romero acrescentou que a reforma da Previdência “não deixa pedra sobre pedra” para a quase integralidade da população brasileira.

— O Brasil não avançou em nada com a panaceia da reforma trabalhista. Estamos com 13 milhões de desempregados e essa desigualdade monstruosa que há muitos anos combatemos. Não avançamos porque a sociedade está tomada de assalto. Tornaremos os pobres miseráveis e a classe média se tornará pobre. A reforma acaba com o estado de bem estar social brasileiro — afirmou.

Imposição

Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), José Aureliano Ribeiro de Vasconcelos disse que o governo Jair Bolsonaro “assusta os aposentados a cada vez que abre a boca, retirando direitos”.

— Os aposentados e pensionistas não precisam dessa reforma. Ela está vindo porque é uma imposição, a gente não aguenta mais cada governo que entra retirar direitos adquiridos. Isso é um roubo, isso é roubar — acusou.

Segundo o especialista em Direito Previdenciário, Clodoaldo Batista Nery Júnior, o debate sobre a reforma da Previdência foi extremamente desonesto e a “grande mídia não dedicou espaço ao contraponto”.

— O povo padece por falta de conhecimento. A reforma é decorrente de uma agente de mercado. A capitalização já foi atendida quando se permite aos bancos fazer a gestão dos recursos do Funpresp [Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo]. Não temos segurança jurídica no Brasil em termos de matéria previdenciária — disse.

Presidente da CDH e autor do requerimento de audiência pública, senador Paulo Paim (PT-RS), apontou que a reforma da Previdência acaba com o pacto social consagrado na Constituição de 1988.

— Essa reforma atinge negativamente o presente, o passado e o futuro — observou.

Fonte: Agência Senado



Estiveram presentes os diretores do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal - Sindesv//DF, Edmilson Rodrigues, José Maria de Oliveira e Gilmar Rodrigues.

Sindicato consegue aprovação de lei que obriga vigilantes 24 h nos bancos de Rio Bonito/RJ



A Câmara de Vereadores de Rio Bonito aprovou, nesta terça-feira (10/09), a lei que institui a obrigatoriedade de vigilantes 24 horas em agências bancárias, lotéricas e cooperativas de créditos em todo município.

O projeto de lei, aprovado por unanimidade, foi apresentado pelo vereador Reginaldo Ferreira Dutra (Reis) (PMDB) a pedido do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT). A entidade representa a categoria também em Rio Bonito.

“Temos que em nome da categoria agradecer o empenho do vereador Reginaldo. Isso demonstra que seu comprometimento com a segurança da população de Rio Bonito. Essa lei trará mais tranquilidade para os usuários de caixas eletrônicos tanto nos horários além do expediente quanto nos finais de semana”, afirma Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT.

A proposta foi apresentada no plenário da

Câmara de Vereadores durante a sessão foi aprovado por todos os parlamentares que entenderam que a medida pode também gerar mais empregos para vigilantes que moram na cidade.

O projeto de vigilantes 24 horas em unidades financeiras é uma campanha da Confederação Nacional dos Vigilantes. No Rio, os municípios de Três Rios e Teresópolis já possuem a lei.

O prefeito de Rio Bonito, José Luiz “Mandiocão”, terá 15 dias para sancionar ou vetar a lei.

A articulação para apresentação do projeto na Câmara de Rio Bonito teve a importante participação do diretor do SVNIT, Luciano, responsável pela interlocução entre o Sindicato e o vereador.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

Santander é condenado por metas abusivas e adoecimento mental dos bancários

O Banco Santander foi condenado a pagar indenização de R\$ 274 mi por dano moral coletivo porque submetia os bancários e as bancárias a metas abusivas de produção que aumentaram o índice de adoecimento mental ocupacional. Em outra ação, o Santander foi condenado a pagar uma multa de R\$ 1 mi por prática de assédio moral. As duas sentenças foram dadas pelo juiz do Trabalho, Gustavo Carvalho Chehab, da 3ª Vara do Trabalho de Brasília.

Em 2014, a média de afastamentos por acidente e doença mental ocupacional no banco foi de dois empregados por dia. Levando em conta apenas os dias úteis (segunda-feira a sexta), são quase três trabalhadores afetados por dia de trabalho, explicou o magistrado.

“Considerando a jornada de 8h, ter-se-ia que, em média, a cada 2h48 um empregado do réu desenvolveu doença ocupacional mental”, destaca Chehab, lembrando que a jornada dos bancários é de 6h.

De 2012 a 2016, 6.763 bancários receberam auxílio-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desse total, 1.784 são ou foram empregados do Banco Santander, o que significa 26,38%.

Conduta do banco é grave e ilícita, diz procurador

A decisão atende, parcialmente, pedidos feitos pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Distrito Federal, representado pelo procurador Paulo Neto, que processou o Santander após constatar o alto índice de estresse dos bancários.

Para o procurador, “a conduta do banco é absolutamente grave e ilícita, qual seja, estipula metas praticamente inatingíveis e cobra as metas de forma excessiva, gerando uma verdadeira legião de bancários acometidos de transtornos mentais, em grave violação aos preceitos constitucionais que asseguram o trabalho decente, a saúde, a vida digna e a redução dos riscos inerentes ao trabalho”.

O magistrado Gustavo Chehab destaca que o banco figura entre as empresas que mais geram adoecimentos mentais no Brasil e explica que “se o réu fosse posicionado na relação de maiores incidências de transtornos mentais ocupacionais, estaria ocupando a sétima posição, a frente de atividades econômicas inteiras como hipermercados e telemarketing”.

Além do dano causado ao trabalhador, o adoecimento e o consequente afastamento do trabalho também gera danos à economia e à sociedade, alerta o magistrado: “Entre 2010 e 2015 é possível estimar os gastos totais previdenciários em R\$ 57,4 milhões”.

Santander está proibido de submeter trabalhadores a metas abusivas

Entre as obrigações de fazer impostas pela decisão judicial, destaque para a proibição de submissão de trabalhadores a metas abusivas e a necessidade de que as definições dessas metas sejam objeto de negociação coletiva entre o réu e a entidade representativa da categoria.

O juiz Gustavo Chehab também autorizou a retirada do segredo de Justiça do presente processo, mantendo sob sigilo apenas documentos e arquivos afetos à forma de apuração da remuneração variável e ao modo de calcular as metas de produtividade.

Além de as metas abusivas, o Santander foi condenado, em outra ação, por assédio moral dentro da Instituição. O juiz Gustavo Chehab também foi o responsável por julgar o caso. Segundo ele, “há práticas de assédio moral efetuadas por gerentes do réu e práticas discriminatórias que atingem bancários que não cumprem as metas”.

A determinação judicial obriga o banco a não permitir, tolerar ou praticar, por seus gestores e prepostos, práticas que configurem assédio moral, como humilhações, xingamentos, ameaças de demissões, constrangimentos, coação, agressão, perseguição, entre outros.

O Santander terá de realizar palestras e aprimorar estratégias de defesa das vítimas, aperfeiçoando seus programas e instrumentos de combate à discriminação e ao assédio. Também deve elaborar cartilhas sobre o tema e tomar ações concretas preventivas.

Nesta ação, a condenação foi fixada em R\$ 1 milhão, a título de dano moral coletivo.

As duas sentenças determinam que as obrigações devem ser cumpridas a partir de 1º de janeiro de 2020. Em razão de o impacto de R\$ 57 milhões aos cofres da Previdência Social, o magistrado oficiou à Advocacia Geral da União no DF, para que tome as providências que entender cabíveis para o ressarcimento dos valores à União.

Fonte: CUT

ATENÇÃO VIGILANTES INTERFORT/CAIXA: SINDICATO COBRA ESCLARECIMENTO SOBRE SERVIÇO EXTRA (SABADOS), TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E PAGAMENTO



Diante da convocação de vigilantes da Interfort para trabalharem na Caixa Econômica nos sábados de atendimento ao público, o Sindicato encaminhou um ofício a empresa nesta quinta-feira, 12, cobrando esclarecimentos sobre a quebra da jornada de compensação (8h48 de 2ª a 6ª), o fornecimento do transporte, da alimentação e o pagamento das extras. A empresa não pode dispor da folga do trabalhador ao seu bel-prazer, na sua folga, sem consulta e clareza acerca das regras e condições. Não tem cabimento, por exemplo, que a empresa diga que o serviço extra será compensado em folga. Isto é ilegal e abusivo. Neste primeiro sábado de abertura do banco vamos acompanhar os colegas e cobrar resposta da empresa. Você se ligou no seu Sindicato! Seu Sindicato está ao seu lado!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

CONVITE SEMINÁRIO
TEMA: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO
DATA: SÁBADO – 14/09
DIRECIONADO PARA PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PRIVADA

Palestrante: Dr. Lucas Belgarelli
Consultor e pesquisador, bacharel em Direito (USP), mestre (USP) e doutorando (USP) em Antropologia Social. Consultor do Fundo de População das Organizações das Nações Unidas (FUNPO). Pesquisador do Intermetade - Pesquisa em Direito e Tecnologia e é pesquisador do Núcleo dos Mercadores Sociais da Diferença (NUMAS-USP).

PROGRAMAÇÃO:
Horário: das 9 às 11 horas
8 horas - Coffee Break
9 horas - Início do Seminário
9h50 - Intervalo
10h10 - Recomeço
11 horas - Encerramento

TEMAS
Convivência no local de trabalho
Ambiente de trabalho seguro e acolhedor
Preconceito e Discriminação
Temática LGBT

Local: Sindicato dos Vigilantes de Barueri
Rua Clara de Camargo Sobrinho, 358, Vila Pouso Alegre – Barueri/SP
(Próximo à estação Barueri da CPTM)

Realização: Apoio:

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF